

## ONDE ESTÃO OS PROFISSIONAIS DO GÊNERO MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL? REFLEXÕES HISTÓRICAS SOBRE A DOCÊNCIA COM CRIANÇAS PEQUENAS

DIEGO PAIVA BAHLs

ALIANDRA CRISTINA MESOMO LIRA

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava, Paraná,  
Brasil

---

**RESUMO:** O artigo tem como objetivo problematizar o perfil dos docentes que atuam na educação infantil, refletindo sobre a ausência de profissionais do gênero masculino na área. Para tanto, parte de uma abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico e documental. Abordamos as questões de gênero explícitas na profissão docente na educação infantil que foram consolidando a docência no decorrer da história, e que, de maneira resistente, permanecem até a atualidade. A pesquisa traz dados de publicações do período de 2000 a 2015 que demarcaram a ausência de profissionais do gênero masculino na educação infantil e que discutem a temática. Nesse sentido, a pesquisa problematiza essa condição e aponta para a necessidade de reconhecer a formação como capacitação para a docência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação infantil. Docência. Gênero. História.

---

### INTRODUÇÃO

O cotidiano da educação infantil nos revela um contexto marcado pela docência como papel da mulher, onde ainda hoje instituições colocam como requisito de admissão de professores a condição feminina e maternal. A prevalência de profissionais do gênero<sup>1</sup> feminino como professores na educação infantil também é observada em outros países, e igualmente tem suas raízes nas compreensões acerca de como deveria ser o trabalho desenvolvido com as crianças pequenas e o perfil do profissional. Frente a essa problemática, o artigo parte de uma abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, com o objetivo de problematizar o perfil dos docentes que atuam na educação infantil, refletindo sobre a ausência de profissionais do gênero masculino na área. Marca-se, de início, que o entendimento que adotamos é o de que a capacidade de um profissional para atuar na educação infantil é a sua formação, e não o gênero, tal como está previsto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n. 9.394 (BRASIL, 1996).

Nessa perspectiva, a investigação toma como ponto de partida uma análise sobre o campo em que a divisão de gênero dentro da categoria dos profissionais da educação é mais visível - a Educação Infantil. Salientamos as questões de gênero na profissão docen

te que foram se consolidando no decorrer da história, e que de maneira resistente permanecem até a atualidade nessa etapa do ensino. Identificamos e refletimos acerca dos condicionantes históricos e políticos que influenciaram e demarcaram a ausência de profissionais do gênero masculino na educação infantil. Na discussão, destacamos as características atribuídas à mulher no decorrer da história, tais como a submissão e a inferioridade, que contribuíram para a construção do estereótipo da função de educadora nata, estreitando os laços da tríade mãe - mulher - professora. Para tanto, abordamos os aspectos legais e políticos dessa etapa de educação básica e apresentamos levantamento de algumas produções recentes acerca da temática nos Programas de Pós-Graduação.

A abordagem, nesse viés, aponta para a necessidade de compreender as diversas questões que permeiam a ausência da atuação de profissionais do gênero masculino no contexto da educação infantil, com destaque para o urgente enfrentamento e superação dessa condição.

#### QUESTÕES HISTÓRICAS DA DOCÊNCIA COM CRIANÇAS PEQUENAS: QUANDO SER MULHER É CONDIÇÃO PARA SER PROFESSORA

Ao fazermos uma análise do campo da Educação Infantil, elegemos como problemática central a função da docência como predominantemente ocupada pelo gênero feminino. Apesar da composição majoritariamente feminina no magistério com as crianças pequenas, não podemos afirmar a total ausência de professores do gênero masculino nesse espaço. Por outro enfoque, o fato de professores homens emergirem como docentes nesses ambientes acaba gerando estranhamento e, em muitos casos, a negação por parte da comunidade escolar, da família das crianças e, ainda, dos próprios funcionários dessas instituições que contam com professores homens no quadro docente.

Diante dessa situação, torna-se necessário compreendermos as questões históricas da docência com crianças pequenas, para estabelecer ligações entre o perfil docente e o universo educacional. Louro (1997, p.88) aponta para as reflexões a respeito das construções sociais e culturais de gênero nas instituições escolares e sobre as divisões entre o universo masculino e o universo feminino. Neste sentido, a autora problematiza: **“De certo modo, poderíamos dizer que essas instituições têm gênero, classe, raça. Sendo assim, qual o gênero da escola?”** (LOURO, 1997, p. 88). A princípio, a resposta tecida para esse questionamento estaria vinculada aos padrões historicamente consolidados ao perfil docente e dos demais funcionários dos ambientes escolares, que em sua maioria correspondem ao gênero feminino. Em virtude dessas considerações, o gênero das instituições escolares (Centros de Educação Infantil e Pré-escolas) seria o gênero feminino. Logo, a escola também é feminina.

Louro fez esse questionamento há duas décadas, mas sabemos que a resposta seria a mesma atualmente. Em vinte anos as instituições e o perfil dos profissionais não modificaram significativamente: continuamos a ter a **professora, a ‘tia’ da limpeza, a cozinheira, a bibliotecária, a diretora**. As mulheres representam a grande massa de trabalhadores do contexto escolar nos primeiros anos de escolarização.

Ao adentrarmos a história da educação brasileira, percebemos que o magistério,

enquanto função feminina, não foi a única face que a instituição escolar já teve. Estudos indicam que a docência como algo feminino não existiu sempre, pois houve um tempo que essa função era exercida apenas por homens. Louro (1997, p. 92), ao abordar as características da profissão docente, menciona que, na instituição escolar, nem sempre **houve a predominância feminina, pois, primordialmente “[...] o mestre que inaugura a instituição escolar moderna é sempre um homem, na verdade, um líder religioso”**. Assim, no percurso da história, a igreja e os líderes religiosos foram por muito tempo importantes **representantes da educação e da cultura escolar, e “[...] sejam eles pastores, padres ou irmãos, esses religiosos acabam por constituir uma das primeiras e fundamentais representações do magistério” (p.92)**.

No Brasil, o processo de consolidação das instituições escolares seguiu a mesma linha, sob comandos masculinos de religiosos que permaneceram durante um longo período. Como instituição social, a escola passa a ser um campo de constantes mudanças, entre elas, o processo de transformação do quadro docente: a feminização do magistério e a predominância da mulher nesse espaço social.

A partir da segunda metade do século XIX inicia-se o processo de transformação no quadro do magistério. As propostas pedagógicas que enfatizavam o cuidado e a afetividade ganharam corpo ao afirmar que o lugar da mulher é na docência com crianças **pequenas e “[...] a esse discurso vão se juntar os da nascente Psicologia, acentuando que a privacidade familiar e o amor materno são indispensáveis ao desenvolvimento físico e emocional das crianças” (LOURO, 1997, p.96)**.

Os papéis sociais atribuídos à mulher por um longo período estiveram ligados a atividades do âmbito familiar, tais como o casamento, ser boa mãe, boa esposa, e ter, acima de tudo, atributos como amor, sensibilidade e cuidado. Louro (1997, p. 96) afirma **que para as mulheres “[...] qualquer atividade profissional será considerada como desvio dessas funções sociais, a menos que possa ser representada de forma a se ajustar a elas”**.

A carreira de docência com crianças pequenas ajustava-se a esses atributos femininos e, portanto, essa função de cuidadora ou educadora tornou-se uma mera extensão assistencialista dos cuidados maternos.

A docência na Educação Infantil, por meio da sua configuração histórica, engendrou um espaço no qual o gênero feminino assume uma predominância, sustentada em pilares como a maternagem e a vocação, ao dom e ao papel da mulher na sociedade. Tais exigências criadas pela sociedade, no tocante às características essenciais da mulher docente, corroboram para a ideia de que ser professora seria uma característica inerente a esse gênero (PENA, 2016).

É importante observar, por meio de um panorama histórico, o lugar da mulher na sociedade, que foi norteado pela divisão dos papéis sociais, definidos com base na diferença de gênero e no poder dos sexos. Diante dessa separação das funções sociais, à mulher foram delegados papéis secundários, voltados para o lar e à família, enquanto o homem assumiu as funções primárias e externas. Na sociedade dividida pelos ideários do **gênero, a mulher passa a ganhar uma função externa e específica “condizente” com o gênero feminino: o cuidado e a educação das crianças pequenas**. Porém, esse fato não significa que a nova função venha a igualar-se às funções do homem, pai e provedor da família.

A partir do momento em que a docência com crianças pequenas foi destinada às mulheres e que as mesmas ingressaram no mercado de trabalho, houve o crescimento fe

minino em grande escala nesse setor, ocorrendo mudanças inclusive nos currículos que compunham os cursos de formação docente frequentados por elas.

[...] as escolas enchem-se de moças, e esses cursos passam a constituir seus currículos, normas e práticas de acordo com as concepções hegemônicas do feminino. Disciplinas como Psicologia, Puericultura e Higiene constituem-se nos novos e prestigiados campos de conhecimento daquelas que são agora as novas especialistas da educação e da infância (LOURO, 1997, p. 97).

Os rótulos para a professora de Educação Infantil foram sendo construídos pela sociedade de acordo com as diferentes épocas. No início, a função era deixada para aquelas que fracassaram no casamento<sup>2</sup> e para as tias solteironas. Conforme Louro (1997, p.104), a princípio **as mulheres que seriam “vacionadas” para esse trabalho com crianças, seriam as viúvas, órfãs e principalmente as solteiras, ou seja, as mulheres “sós”**: “[...] as moças que ficavam solteiras podiam se sentir *vacionadas* para o magistério; elas eram, de algum modo, *chamadas para exercer a docência*”.

Para Chamon (2006, p.2), “[...] a personificação do ideal da professora da escola elementar foi se cristalizando ao longo de anos no imaginário social como uma **profissional da virtude, do amor, da dedicação, e da vocação**”. Grandes autores que fundamentaram a Educação Infantil, como Rousseau (1992) e Froebel (2001), já indicavam um conjunto de atributos essenciais ao perfil da educadora.

Arce (2001) aponta para os principais pensamentos expressos em cada obra dos autores citados. Rousseau aborda em seus estudos o papel conferido à mãe, definido pela questão biológica pelo fato de ser portadora do útero, do ventre, por ter a função de amamentar e por ser ela a primeira pessoa a ter uma experiência de interação com o recém-nascido. Portanto, a mãe possuía os atributos naturais para a maternidade, para o cuidado e, principalmente, para a educação dos bebês. Ainda para a autora, Froebel propõe para o campo da Educação Infantil uma nova abordagem e um novo modelo desse ambiente destinado às crianças pequenas, denominado por ele de Jardim de Infância. Juntamente com esse novo ambiente, propôs a profissional que atenderia às necessidades das crianças, por possuir um coração de mãe. Essa profissional ficou conhecida com a Jardineira.

Todas essas compreensões foram ganhando solidez e sendo naturalizadas nos contextos destinados à educação das crianças pequenas, e conformando um imaginário social que não concebia a docência como própria do gênero masculino. Só mais recentemente temos acompanhado a valorização da Educação Infantil como etapa do ensino importante no desenvolvimento das crianças e, de forma mais lenta, um novo olhar para o profissional que trabalha com as crianças, aspectos que serão discutidos na seção seguinte.

#### A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO PRIMEIRA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA: LEGISLAÇÃO, GARANTIAS, AVANÇOS E DESAFIOS

O reconhecimento da infância no Brasil e sua educação tem se constituído por meio de grandes marcos históricos e legais, que no decorrer do tempo passaram por

BAHLS, D. P.; LIRA, A. C. M.

várias modificações. Esse campo é passível de constantes reformulações, pois tem como base para o seu reconhecimento o contexto histórico, político e social da sociedade na qual está inserido. Dessa forma, partimos da compreensão de que, tanto a criança quanto a primeira etapa de Educação Básica, a Educação Infantil, sofrem influências dos determinantes sociais.

Os atendimentos na Educação Infantil modificaram-se bastante em função das novas concepções de infância, criança e educação, sendo que a contemporaneidade traz sempre novos e constantes desafios para a área, no bojo das contradições da sociedade capitalista. Segundo Kramer (1995), as análises sobre as mudanças no olhar para com a infância alteram-se em função das diversas formas de organização social, sendo a criança **"[...] compreendida segundo uma perspectiva do contexto histórico em que está inserida"**.

Os estudos de Siqueira (2017, p. 1-2) nos remetem a refletir acerca de como a sociedade compreende a criança e a infância, fazendo ainda uma ressalva ao significado **desses termos. Segundo o autor "[...] ambas se constituem como categorias históricas e sociais, mas a criança revela o indivíduo e a infância revela o tempo social e histórico em que esse indivíduo se constitui e constrói a sua história". Para o autor, a criança e a infância na atualidade são o resultado de uma construção histórica e social, não existindo uma concepção universal que possa defini-las, pois não há uma forma única de ser criança e viver a infância.**

Se pensarmos do ponto de vista da legislação que garante os direitos para a infância, ela pode ser considerada ineficaz, em alguns aspectos, justamente por ter sido elaborada sob a ótica de uma infância única. Em contrapartida, cresce a compreensão de que

[...] a infância não é uma experiência universal de qualquer duração fixa, mas é diferentemente construída, exprimindo as diferenças individuais relativas à inserção de gênero, classe, etnia e história. Distintas culturas, bem como as histórias individuais, constroem diferentes mundos da infância (FRANKLIN, 1995, p. 7).

As formas de atendimento institucionalizado instauradas no Brasil estiveram, desde o início, articuladas com os interesses da sociedade. Com a advento da industrialização no Brasil, houve a necessidade de migrar a mulher, esposa, mãe e dona de casa para suprir a mão de obra necessária que demandavam as fábricas. Além disso, as mulheres da classe popular necessitavam do trabalho como complemento ao orçamento da família.

É nesse cenário que surgem as primeiras formas de assistência para as crianças, em função da ausência da figura materna no lar. Vieira (1988, p. 4) afirma que a creche era uma necessidade **indissociável à pobreza e às classes baixas. Dessa forma, "[...] a ela recorriam as mulheres forçadas a trabalhar: mães solteiras, mulheres abandonadas por seus companheiros, viúvas e mulheres casadas que contribuíam com seu trabalho para aumentar o orçamento familiar"**, ou seja, as próprias instituições passaram a ser campo de trabalho para as mulheres.

Durante muito tempo, no Brasil, as creches funcionaram como instituições de caráter assistencialista e filantrópico, tendo como principal objetivo o cuidado com a criança. Vale destacar que o cuidar, nesse sentido, estava diretamente associado à dimensão física da criança, com o intuito de suprir as necessidades básicas como a higiene e alimentação. Assim, o perfil do profissional não exigia uma formação específica e obriga

tória, pois “[...] o esquema ‘sopão e banho’ não exigia profissionais especializados e, muitas vezes, os únicos requisitos necessários eram gostar de crianças e saber cuidá-las fisicamente” (ORTIZ, 2007, p.1).

A ideia da creche associada aos cuidados físicos desenvolveu a concepção de um perfil maternal aos responsáveis pelas crianças. Em outras palavras, o profissional deveria gostar de crianças e ser mulher. De acordo com Ortiz (2007) a necessidade de ter uma ligação com a maternagem era insubstituível, pois de certa forma esse profissional **deveria, muitas vezes, ter o poder de substituir a mãe biológica e suas atribuições.** “Tarefa nada fácil e de cunho psicológico, já que a criança [...] sofreria necessariamente de carência afetiva devido ao abandono materno que a professora deveria suprir. Era o tempo das ‘tias’” (ORTIZ, 2007, p.1).

Esse perfil que estabelece ligações estreitas entre o universo feminino, a maternagem e o cuidado com crianças pequenas perdurou de forma inquestionável durante décadas, e ainda hoje é tido como ideal por algumas instituições.

As lutas pelo direito e reconhecimento da Educação Infantil como etapa da educação básica tiveram seu espaço e legitimidade alcançados nas últimas três décadas, resultando em maior visibilidade no campo político e social. Assumindo um novo caráter, os atendimentos desprendem-se do sistema assistencial e começam a considerar o desenvolvimento infantil e as necessidades das crianças, devendo ser trabalhadas pelo viés educacional. O novo olhar para a infância traz também a necessidade de repensar o perfil docente dessa área. Contudo, apesar de ser reconhecida em termos legais como fase importante do desenvolvimento humano, a Educação Infantil ainda enfrenta alguns problemas no tocante às práticas desenvolvidas com as crianças e à formação de professores.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu Artigo 205, faz menção ao direito do acesso à educação de todo cidadão brasileiro, sendo o mesmo reafirmado pelo Artigo 208, ao declarar a educação como obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade. Assegura ainda, pela redação de Emenda Constitucional N. 53 de 2006, o acesso à Educação Infantil em creches e pré-escolas, para as crianças até os cinco anos, deixando explícitas as responsabilidades e deveres do Estado para com a mesma.

A obrigatoriedade de oferta de vagas para essa etapa, prevista em forma de lei, serve como ferramenta para elevar os níveis de acesso à Educação Infantil. Destacamos, nesse sentido, que apesar de existirem políticas públicas que contemplem a Educação Infantil, ainda há uma grande dificuldade de efetivação desse direito, pois os investimentos para essa etapa são insuficientes.

Além da Constituição temos a LDB 9394 (BRASIL, 1996) que reforça esse direito e inclui a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, questão referendada também pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

**Na LDB a Educação Infantil aparece com a finalidade de promover “[...] o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.** Como registra Cartaxo, (2013, p. 49), “[...] a necessidade de considerar a criança como um todo para promover o seu desenvolvimento, havendo o compartilhamento das responsabilidades familiar, comunitária e do poder público” fica evidenciada na lei.

BAHLS, D. P.; LIRA, A. C. M.

Kramer (2003, p. 56) discorre a respeito dos direitos das populações infantis, reforçando a responsabilidade da sociedade em tratar as crianças como seres de direitos e deveres, pois “[...] é nossa responsabilidade social, enquanto professores, mulheres e homens, cidadãos, tratarmos as crianças como cidadãos de pequena idade”. Reforça ainda, que a luta pela efetivação de políticas para a infância no Brasil deve levar em conta a importância de as crianças terem um papel legítimo dentro da sociedade civil.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2010), articuladas com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, “[...] reúnem princípios, fundamentos e procedimentos [...] para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil”. A concepção de criança expressa no documento é bastante significativa:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p. 7).

O delineamento legal que envolve o reconhecimento do caráter educativo da Educação Infantil mostra avanços em termos de concepções, conquista de direitos e articulações, como resultado da

[...] ampla participação dos movimentos comunitários, dos movimentos de mulheres, dos movimentos de trabalhadores, dos movimentos de redemocratização do país, além, evidentemente, das lutas dos próprios profissionais da educação (BRASIL, 2010, p.7).

A Educação Infantil hoje pode ser definida a partir do texto das DCNEIs (BRASIL, 2010), que destaca as funções sociopolíticas e pedagógicas dessa etapa do ensino. No que tange às propostas pedagógicas, o documento tem como pilar para a prática docente os princípios políticos, estéticos e éticos, no sentido de uma formação humanizadora. Para tanto, o trabalho pedagógico precisa necessariamente atender às especificidades de proteção, saúde, liberdade, cuidado, respeito, dignidade e ainda, garantir o acesso e apropriação do conhecimento por meio das diferentes linguagens infantis. Vale destacar, que o documento deixa explícitos os eixos norteadores das práticas pedagógicas, que devem pautar-se nas interações e brincadeiras.

Na medida em que foram sendo construídos princípios e parâmetros norteadores da organização do espaço e das práticas pedagógicas que envolvem a educação e o cuidado com as crianças pequenas na Educação Infantil, ampliou-se também a discussão acerca da formação necessária para os professores dessa etapa. Todavia, apontamos para a necessidade de olhar para a formação desses profissionais, bem como, para as contradições que emergiram com a história da Educação Infantil. Stemmer (2014, p.47), ao trazer reflexões sobre o papel e a formação do professor de Educação Infantil, afirma que “[...] é sabido que, historicamente o que se esperava de um profissional de Educação Infantil em termos de “formação” era que fosse “mulher” e “mãe””.

Contudo, a despeito da naturalização instaurada frente a essa questão, é neces-

sário defender que esses profissionais precisam de sólida formação inicial e continuada para sustentar práticas pedagógicas de qualidade que, doravante, virão a desenvolver. Assim,

[...] a formação deve se dar no conjunto de conhecimentos sobre o ensino, desenvolvimento e aprendizagem acumulados historicamente pela humanidade, com destaque, entre outros, para a Psicologia, História, Filosofia, Neurologia e Didática, que abrangem o trabalho com crianças entre 0 e 5 anos (SETMMER, 2014, p.47).

Reconhecemos que a docência com crianças pequenas envolve complexidade e conhecimentos, o que vão muito além do que comporta a tese da educadora nata, que sustenta a profissão como sendo de mulheres. A trajetória histórica evidencia que tivemos avanços no que tange aos aspectos legais para assegurar a habilitação docente, mas na prática ainda observamos muito preconceito e incompreensões quanto à docência ser exercida por profissionais do gênero masculino.

Kishimoto (2003, p.11) destaca a necessidade de refletir sobre os professores que **atuam no campo da Educação Infantil, pois “Precisam também se constituir como profissionais: professores e professoras não são tios, como frequentemente são tratados no conhecido e já denunciado mecanismo de desvalorização, desqualificação e desprestígio”**.

A legislação que ampara e orienta a Educação Infantil indica que o profissional da Educação Infantil precisa de formação necessária, que contemple as exigências do exercício da sua função, em especial as especificidades envolvidas no cuidado e educação das crianças pequenas.

Nessa compreensão é preciso nos desprendermos das concepções aceitas e cristalizadas ao longo da trajetória da Educação Infantil no Brasil. Isso significa reconhecer que o que sustenta a docência não é algo inato, próprio do ser, mas construído a partir da formação científica e especializada para o desempenho dessa profissão, independente do gênero. Sobre a identidade do professor, Ortiz (2007, p.11) define

É aquele que sabe mediar as experiências da criança pequena, de modo a contribuir positivamente para o seu desenvolvimento e aprendizagem. Ele auxilia a criança a utilizar as suas diferentes linguagens para aprender sobre si e sobre o mundo que a cerca, assim como simbolizar sua experiência e expressar o que sente sobre ela.

Nessa complexa e desafiadora tarefa de ser professor ou professora na Educação Infantil, a qualificação será determinante nas escolhas feitas, na organização dos contextos de experiência, ou seja, no sentido educativo dado à cotidiana tarefa de trabalhar com crianças pequenas.

A palavra em questão é um substantivo que pode ser masculino ou feminino e que designa, segundo o dicionário, uma pessoa que instrui, ensina uma ciência, arte, técnica ou outro conhecimento. Para o exercício dessa profissão requerem-se qualificações acadêmicas e pedagógicas, para conseguir transmitir/ensinar a matéria de estudo da melhor forma possível (STEMMER, 2014, p.56).

BAHLS, D. P.; LIRA, A. C. M.

No século XXI vivenciamos um aumento significativo da demanda pela Educação Infantil o que levou muitos municípios a abrir concursos públicos para o ingresso de profissionais para atuar nessa área. Nesse movimento, a prevalência de professoras ainda é evidente, mas temos vivenciado uma entrada tímida de profissionais do gênero masculino na docência com crianças pequenas, embora com muitas resistências por parte das famílias e instituições. No campo das investigações, também são poucos os estudos que se dedicam a essa questão, como veremos no breve levantamento apresentado a seguir.

OS PROFISSIONAIS DO GÊNERO MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DADOS DO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES (2000-2015)

Com o intuito de identificar produções que se debruçaram sobre a temática deste artigo, empreendemos uma busca de pesquisas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. A escolha dessa plataforma como fonte de dados considerou sua relevância no meio acadêmico, e utilizamos como recorte temporal os últimos 15 anos, fazendo um levantamento de trabalhos que abordam a questão do professor do gênero masculino na Educação Infantil e que se aproximam da nossa análise.

Apresentamos a seguir dados com as discussões dos principais aspectos problematizados nos trabalhos encontrados. Observamos que a temática foi contemplada em 6 Dissertações de Mestrado e 1 Tese de Doutorado, evidenciando a escassa produção sobre o tema. Além disso, a maioria das pesquisas data dos últimos 5 anos analisados, o que revela uma preocupação muito recente com essa questão.

Gomides (2014), em sua dissertação de mestrado intitulada *Transitando na fronteira: a inserção de homens na docência da Educação Infantil*, discorre sobre os processos de subjetivação que definem a Educação Infantil como um território predominantemente de docência feminina. Aponta ainda para uma subjetividade construída pela sociedade na divisão dos papéis sociais femininos e masculinos. Aponta as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, como um fator progressivo para o ingresso de homens desse curso no campo de trabalho com crianças pequenas da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A pesquisa apresenta diferentes experiências de vida com a docência que estão imersas em processos de subjetivação que acabam por desvelar a **visão do homem como “não pertencente” a esse universo da Educação Infantil**.

A pesquisadora Lilian Borges dos Santos (2014) discute, em sua pesquisa de mestrado, o trabalho de educação e cuidado de um auxiliar do sexo masculino e seus desdobramentos no cotidiano de uma escola infantil. A pesquisa tem como objetivo compreender as relações e as práticas cotidianas travadas entre o profissional auxiliar masculino e os demais integrantes de uma instituição municipal, e as análises indicam que, assim como outros homens que trabalham na Educação Infantil, o auxiliar enfrentou desafios ao ingressar na carreira. A autora propõe uma reflexão para o processo de estranhamento e naturalização desse profissional masculino dentro de um universo majoritariamente feminino.

Mariana Kubilius Monteiro (2014) analisa em sua pesquisa a trajetória profissional dos professores homens que atuam na rede municipal de ensino de Campinas/SP. A autora parte de uma perspectiva antropológica das histórias de vida dos professores

homens do município em questão e observa as tentativas de segregação entre professores e crianças, operadas na forma de direcionamento de turmas com crianças de maior faixa etária para os professores homens. Além disso, também faz apontamentos para mudança de crianças para outra turma ou abaixo-assinado para retirada do professor definitivamente da escola.

*A experiência vivida de professores do sexo masculino na educação infantil: uma questão de gênero?*, produção de Benedita Francisca Alves (2012), propõe a compreensão das experiências vividas por professores do sexo masculino que atuam na educação infantil, na rede pública municipal de Fortaleza. A pesquisa procurou conhecer os professores homens que atuam nos Centros de Educação Infantil (CEI) e os fatores que estão relacionados à escolha profissional e à atuação docente.

Ramos (2011) investigou o ingresso e a permanência de professores homens na educação de crianças pequenas em instituições públicas de educação infantil do município de Belo Horizonte. Em sua pesquisa, procurou explicar a gênese do modelo institucional de educação infantil e do cuidado com as crianças, com vistas a compreender, por meio desta investigação, como os professores do sexo masculino interagem com a educação infantil e com a comunidade escolar. O autor aponta para o fato de os professores do sexo masculino logo serem desviados para outras funções, ou para as turmas de crianças maiores. Tal situação, justifica-se pela pouca demanda dos cuidados relacionados ao corpo, o que poderia evitar possíveis abusos. Para Ramos (2011), existem conflitos e problemas internos nas instituições que apresentam professores homens no quadro de funcionários docentes.

Dejenane Martins Oliveira (2011), no estudo *De agente de desenvolvimento infantil à professora de creche: estudo sobre uma trajetória profissional a partir da categoria gênero*, apresenta reflexões importantes no que diz respeito às relações de gênero e ao cuidado enquanto atividade masculina e feminina. Cumpre registrar, ainda, os estudos que a mesma realiza sobre a tríade mãe-mulher-professora, que nos revelam uma naturalização histórica relacionada à função de educar, ligada à maternagem e ao gênero.

Por fim, o trabalho de Débora Thomé Sayão (2005) *Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil: um estudo de professores em creche*, busca compreender como se constituem os professores homens enquanto docentes na educação das crianças de zero a seis anos. Sayão parte de uma perspectiva socioantropológica, apontando para as relações de gênero e as entendendo como construção social. Vale destacar a problematização que a autora traz a respeito do cuidado-educação, considerando-o como princípio indissociável na Educação Infantil. Como resultado, verificou-se que a concepção de profissão feminina precisa ser repensada.

A partir dos dados coletados, o conjunto de autores coloca em evidência em suas pesquisas a problemática da docência na Educação Infantil e as expectativas quanto ao perfil docente que atua nessa etapa. Embora tenhamos poucos estudos, todos revelaram que o profissional do gênero masculino ainda enfrenta preconceitos no exercício de sua profissão, em grande parte como resultado da compreensão de que o trabalho na Educação Infantil deveria ser relegado às mulheres.

BAHLS, D. P.; LIRA, A. C. M.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se observa, a Educação infantil configurou-se historicamente como campo de trabalho docente feminino, mesmo existindo hoje a presença de alguns professores homens nesse contexto. A existência de concursos públicos, a ampliação da oferta de cursos de formação docente e o abandono dos requisitos associados à mulher para o exercício da docência com as crianças pequenas têm imprimido, embora de forma lenta, um novo olhar para essa profissão.

A ausência de profissionais do gênero masculino na Educação Infantil também pode ser interpretada como fruto dos valores e concepções valorizadas na sociedade brasileira, em que é notável a divisão de tarefas entre os gêneros. Embora com algumas transformações, ainda se evidencia a figura materna como responsável pelos cuidados e a educação das crianças, de modo que muitas vezes o homem se exime e ausenta dessas responsabilidades para assumir funções externas a família.

Nesse contexto, os poucos professores homens habilitados e graduados que exercem o cargo de professores na Educação Infantil acabam passando por constrangimentos frequentes e situações desagradáveis, que envolvem suspeitas e desqualificação de seu trabalho. Sua presença muitas vezes é motivo de comentários relacionadas à sua orientação sexual, com desconfianças éticas e morais quanto às suas ações. Dificilmente questionamos atitudes advindas de mulheres, por vezes muito mais abusivas física e psicologicamente. Isso evidencia as diferenciações de gênero que começam desde criança, com os meninos e homens tidos como agressivos, durões, sem afetividade e, as meninas e mulheres como passivas, amáveis e dóceis.

A ausência de profissionais do gênero masculino na Educação Infantil é parte de um ciclo, o qual tem início nos próprios cursos de formação inicial (Pedagogia ou Magistério) em que a presença de homens é bem pequena. Assim, nos cursos de formação docente sua presença é tímida e o enfrentamento dessa questão não é feito de forma consistente pelos próprios formadores.

Esse panorama impõe-nos a tarefa de procurar conhecer melhor as dificuldades vivenciadas por esses profissionais, discutir os dados quantitativos da presença desses profissionais no trabalho com as crianças pequenas, reforçando a compreensão de que o que qualifica para a docência é a formação, não as questões de gênero.

**Artigo recebido em: 27/08/2017**

**Aprovado para publicação em: 10/03/2018**

---

WHERE ARE MACULINE GENDER PROFESSIONALS IN THE PRIMARY EDUCATION? HISTORICAL REFLECTIONS ABOUT TEACHING WITH SMALL CHILDREN

**ABSTRACT:** This paper aims to discuss teachers profile that work in the primary education, with a view on the lack of masculine professionals in the area presented. For this purpose, it stems from qualitative approach, bibliographic and documental nature. It addresses explicit gender issues that surround in the fields of primary education which have had consolidated teaching profession in the history and, which resiliently remains in the present time. This research is based on studies carried

out since 2000 to 2015, which focus on the lack of masculine teachers in the primary school and related questions in this period. Therefore, the research highlights such condition and affirms the importance of recognizing what truly capacitate for teaching is graduation.

KEYWORDS: Primary education. Teaching. Gender. History.

---

#### DONDE ESTÁN LOS PROFESIONALES DEL GÉNERO MASCULINO EM LA EDUCACIÓN INFANTIL? REFLEXIÓN HISTÓRICA SOBRE LA DOCENCIA COM NIÑOS PEQUEÑOS

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo problematizar el perfil de los docentes que actúan en la educación infantil, reflexionando sobre la ausencia de profesionales del género masculino en el área. Para tal, parte de un abordaje cualitativo de naturaleza bibliográfico y documental. Se abordan cuestiones de género explícitas en la profesión del docente de la educación infantil que fueron consolidando la docencia en el transcurso de la historia y de manera resistente permanecen hasta la actualidad, presentando datos en publicaciones en el período de 2000 a 2015 que demarcaron la ausencia de profesionales del género masculino en la educación infantil y discusiones del tema. En ese sentido, la investigación problematiza esa condición y apunta para la necesidad de reconocer la formación como capacitación de la docencia.

PALABRAS CLAVE: Educación infantil. Docencia. Género. Historia.

---

#### NOTAS

1) Buscamos a compreensão de gênero nos estudos de Scott (1990), o qual define: "o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significações às relações de poder" (SCOTT, 1990, p. 14).

2) Se o casamento e a maternidade constituíam o destino "natural" e desejado para todas as mulheres, aquelas para as quais isso parecia de algum modo inalcançável, restaria se entregar a tarefas que tivessem uma analogia como tal missão. Contudo, a ambiguidade estava contida na representação da professora solteirona. De um lado, essa era uma mulher que falhara, pois carregava para sempre o insulto de não ter casado e não ter tido filhos; por outro lado, ela era uma mulher que tinha uma instrução mais elevada, trabalhava fora do lar, com uma possibilidade de circulação pelo espaço público maior do que as demais mulheres. Além disso, ela exercia uma atividade remunerada, o que podia garantir o seu sustento ou, eventualmente, de pessoas sob sua dependência (LOURO, 1997).

#### REFERÊNCIAS

ARCE, A. Documentação oficial e o mito da educadora nata na Educação Infantil. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n. 113, p. 167-184, jul. 2001.

ALVES, B. F. *A experiência vivida de professores do sexo masculino na educação infantil: uma questão de gênero?* Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade de

BAHLS, D. P., LIRA, A. C. M.

Fortaleza, Fortaleza, CE, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

BRASIL. Lei nº 9.394. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. Presidência da República. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2010.

CARTAXO, S. R. M. Pressupostos da educação infantil. Curitiba: *Intersaberes*, 2013.

CHAMON, M. Trajetória de feminização do magistério e a (con)formação das identidades profissionais. *VI Seminário da Redestrado - Regulação Educacional e Trabalho Docente*, 2006 - UERJ - Rio de Janeiro - RJ.

FRANKLIN, B. The case of children's rights: a progress report. In: Bob Franklin (org.), *The handbook of children's rights: comparative policy and practice*. London: Routledge, 1995.

FROEBEL, F. A. *A educação do homem*. Passo Fundo/ RS: UPF editora, 2001.

GOMIDES, W. L. T. *Transitando na fronteira: a inserção de homens na docência da Educação Infantil*. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Viçosa, MG, julho de 2014.

KISHIMOTO, T. M. (Org.). *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. 3ª Ed. São Paulo: Cortez 1998.

KRAMER, S. Direitos da criança e projeto político pedagógico de educação infantil. In: BAZÍLIO, L. C.; KRAMER, S. *Infância, educação e direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 51-82.

KRAMER, S. *A política do Pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LOURO, G. L. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista* - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MONTEIRO, K. M. *Trajetória na docência: professores homens na Educação Infantil*. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Campinas, SP, 2014.

PENA, A. C. História de vida de professores homens na Educação Infantil. *Revista*

*Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica*, Salvador, v. 01, n. 01, p. 118-131, jan./abr. 2016.

PEREIRA, R. M. R.; SOUZA, S. J. *Infância, conhecimento e contemporaneidade*. In: KRAMER, S.; LEITE, M. I. F. P (org.) *Infância e produção cultural*. Campinas, SP: Papiros, 1998.

RAMOS, J. *Um estudo sobre os professores homens da educação infantil e as relações de gênero na rede municipal de Belo Horizonte/M.G.* Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2011.

ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou da educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992

SANTOS, L. B. dos. *Gênero e Educação Infantil: o trabalho de educação e cuidado de um auxiliar do sexo masculino e seus desdobramentos no cotidiano de uma escola infantil*. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Pelotas, RS, 2014.

SAYÃO, D. T. *Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil: um estudo de professores em creche*. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2005.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, V. 16. n. 2, jul./dez. 1990, p. 5-22.

SIQUEIRA, R. M. *Do silêncio ao protagonismo: por uma leitura crítica das concepções de infância e criação*. PUC, Goiás, 2017.

STEMMER, M. R. G. Reflexões sobre o papel e a formação do professor de Educação Infantil. In: PEIXE, D. C de S. e NEIVERTH, T. *Creches Catarinenses: experiências de formação e práticas pedagógicas*. Florianópolis, UFSC - CED - NUP, 2014.

OLIVEIRA D. M. *Da agente de desenvolvimento infantil à professora de creche: estudo sobre uma trajetória profissional a partir da categoria gênero*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, 2011.

OLIVEIRA, Z. M. R. de. et. al. Construção da identidade docente: relatos de educadores de educação infantil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 129, p. 547-571, set./dez. 2006.

ORTIZ, C. O papel do professor de crianças pequenas. *Revista Pátio: Educação Infantil*, Curitiba: Artmed editora, ano V, n. 13, p.10 -13, mar/jun. 2007.

VIEIRA, L. M. F. Mal necessário: creches no Departamento Nacional da Criança, *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 67, p. 3-16, nov. 1988.

BAHLS, D. P.; LIRA, A. C. M.

---

DIEGO PAIVA BAHLS: Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Paraná (PPGE - UFPR) e Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0116-4640>

E-mail: [diegobahls09@gmail.com](mailto:diegobahls09@gmail.com)

---

ALIANDRA CRISTINA MESOMO LIRA: Formada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá. Durante a graduação participou do PET (Programa de Educação Tutorial). Mestre e Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora Associada do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste, em Guarapuava, Paraná, atuando na graduação e no Mestrado em Educação. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino superior, pesquisando principalmente os seguintes temas: educação infantil, educação, escolarização, formação de professores e infância. Líder do GEPEDIN/CNPq- Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil da UNICENTRO.

E-mail: [aliandralira@gmail.com](mailto:aliandralira@gmail.com)

---

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).